

Os novos espaços para direcionar a economia

por Cláudia Safatle
de Brasília

Sem inflação e sem correção monetária, o governo acredita ter afastado dois problemas cruciais que amordaçavam a economia brasileira: as altas taxas de juros e a falta de financiamento para novos investimentos.

Na opinião do ministro do Planejamento, João Sayad, o programa de estabilização econômica, ao eliminar a correção monetária, trouxe os juros reais para um patamar inferior a 15% de juros ao ano, que estão sendo praticados no mercado. "Apesar da grande maioria dos economistas acreditar que a taxa de juros real é acima da correção monetária, eu sempre acreditei que a correção traz em si mesma uma taxa muito mais alta do que o setor produtivo pode pagar. O que eu quero dizer é que, se um banco cobrava correção monetária mais 15% por um financiamento, a taxa real era os 15% mais uma fração da correção monetária." Sayad pretende, com esse raciocínio, argumentar que a queda das taxas de juros foi maior do que se pensa e, embora ainda alta, já é uma taxa capaz de viabilizar novos investimentos.

A disponibilidade de crédito, antes do Plano Cruzado, era "exígua", e o processo de conversão das aplicações de curtíssimo



João Sayad

prazo em depósitos a vista, aliado a menores taxas de juros, leva o titular da Selplan a crer que já "está aberta uma larga avenida para novos investimentos a curto e longo prazo". Esse fenômeno da monetização da economia, como qualificam os economistas, também ocorreu quando da retomada do crescimento em 1968, gerando, assim, maior liquidez e, portanto, um pouco mais de recursos para financiar a produção.

QUEM VAI COMANDAR?

Mas quem vai comandar a dinamização da economia de agora em diante? O ministro do Planejamento não vê um determinado setor dirigindo sozinho o novo processo de acumulação. No horizonte do planejamento há amplos espaços para uma revolução na agricultura, a implementação de uma política de desenvolvimento industrial e ao Estado caberá a tarefa de alargar a infraestrutura existente hoje (seja fornecendo mais energia elétrica, seja modernizando mais as telecomunicações) e promover os investimentos sociais.

O governo, através dos ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Agricultura e dos Transportes, está trabalhando no desenho da política agrícola de curto e longo prazo. Segundo Sayad, as linhas básicas para curto prazo são: escolher uma taxa de juros correta para o setor agrícola, uma taxa que seja mais favorecida e ao mesmo tempo estimule os bancos privados e o Banco do Brasil a financiar o campo, concentrar recursos para os investimentos (em pastagem, recuperação do solo e equipamentos). Neste ano, o Banco Mundial está liberando US\$ 900 milhões para o setor agrícola brasileiro, dos quais US\$ 500 milhões serão destinados ao crédito de investimento.

PREÇOS MÍNIMOS

Além disso, esse grupo de trabalho (formado por técnicos dos ministérios citados) está estudando "uma política de preços mínimos decente, para que a agricultura seja um bom negócio, principalmente nas culturas para alimento da população, e devemos definir regras para a intervenção do governo no mer-

cado". Com isso o ministro quer assegurar aos produtores, de antemão, uma política clara de intervenção, através do estabelecimento de "preços-tendência" e de maior "automatismo" no comércio exterior.

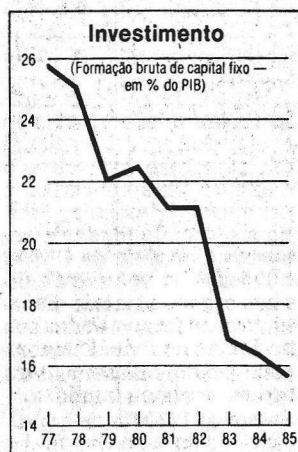
Para longo prazo, a preocupação é investir em estradas e armazéns, "de forma a integrar a região Centro-Oeste ao mercado Urbano e ao comércio internacional". Sayad lembra que os recursos para a safra 1986/87 são maiores, pela própria elevação dos depósitos a vista nos bancos, aos quais está vinculada a exigibilidade de aplicação na agricultura. Mas acena com a possibilidade de criação de novos instrumentos de captação de recursos, como a caderneta de poupança rural. Ele condena a idéia de subsidiar os insumos agrícolas, defendida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, por ser um subsídio muito indireto: "Melhor seria o subsídio direto à produção".

Na modelagem de uma política industrial para o Brasil, Sayad impõe alguns critérios básicos: que traga uma tecnologia avançada, substitua importações e gere exportações. Para o economista Andrea Sandro Calabi, secretário do Tesouro Nacional, o avanço tecnológico abre um importante caminho para novos investimentos de risco no País.

FINANCIAMENTO

O conjunto de prioridades de investimento, que começa a ser delineado, está estreitamente ligado à criação da capacidade de financiamento, tanto do setor público quanto do setor privado. E é aí que o ministro do Planejamento vê o novo e forte desafio que o governo terá de enfrentar: uma boa renegociação da dívida externa, de forma a frear a transferência de 4% do PIB anualmente da economia brasileira para o resto do mundo. "É uma transferência muito grande, se imaginarmos que a formação de poupança está ao redor de 16% do PIB", lembra o ministro.

O governo tem um projeto de renegociação que ainda não está acabado, mas que passa por mecanismos que transcendem o sistema



bancário internacional. "O sistema bancário está atolado e é miope. Mostrou-se frágil e sem visão de longo prazo." As instituições multilaterais, como Banco Mundial ou BID, devem transformar-se "em generosas fontes de financiamento", arrisca Sayad, citando que neste ano o Banco Mundial mais do que dobrou seus investimentos no Brasil. A idéia, porém, é buscar novos mercados para financiar a economia brasileira, seja "o Japão ou a Índia, por exemplo", ou mesmo entrando em caminhos alternativos, como os fundos de pensão norte-americanos. "Precisamos de muita criatividade na área de novos financiamentos", assinala Sayad.

PLANO DE METAS

Tanto a renegociação da dívida externa quanto a reforma do sistema bancário interno, que está por ser implementada, estão estreitamente ligadas à política de investimentos que surge após o Plano Cruzado e vão, segundo o ministro, criar as fontes de financiamento necessárias a esses investimentos.

Sayad, que está elaborando o Plano de Metas do Governo Sarney, prevê ainda uma reorganização institucional das indústrias no País, uma vez que foram montadas numa época em que o Estado tinha muito incentivo a dar. Hoje, um programa industrial não deve contar com dinheiro subsidiado do governo, mas este pode oferecer "uma coordenação dos principais instrumentos, como proteção cambial, importação e financiamento via BNDES", conclui.